

Estados buscam alívio financeiro

Em troca de votos para reeleição de FHC, governadores querem refinar suas dívidas *Pública*

por Liliana Enriqueta Lavoratti
de Vitória

A busca de votos pela reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso é a brecha que os governadores encontraram para romper a resistência do governo federal no atendimento de suas reivindicações e, com isso, aliviar a crise financeira dos estados. Insatisfeitos com a forma da equipe econômica conduzir o processo de negociação das dívidas, os governadores querem trazer para o campo político a discussão sobre a saída para a falta de recursos até mesmo para pagar salários.

A principal reivindicação dos sete governadores presentes ao encontro de ontem, em Vitória, é o refinanciamento das dívidas contratuais (de

curto prazo) com a União, nas mesmas condições que o Tesouro Nacional está rolando a dívida mobiliária dos grandes estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Os dois primeiros já conseguiram refinar um total de R\$ 14,2 bilhões em prazos de 30 anos, juros subsidiados pelo Tesouro Nacional de 6% ao ano – frente aos 12% reais que eram pagos até então – mais correção pelo IGP-M.

O pedido dos governadores inclui a dívida rolada em 1994 a taxas de juros de 2,8% ao mês. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário-executivo, Pedro Parente, vêm dizendo que esta dívida é “imexível”. Na “Carta do Espírito Santo”, os governadores manifestam sua

“profunda indignação com a insensibilidade demonstradas em sucessivas rodadas de negociação pelas esferas intermediárias do governo”. Segundo o governador do Piauí, Francisco de Assis de Moraes Sousa (conhecido como Mão Santa por sua profissão de médico), “a apendicite vivida pelos estados está se transformando em uma peritonite”, pela demora dos técnicos em encontrar uma solução. “Logo vamos acabar morrendo porque a situação ficará tão grave quanto uma septicemia”.

Os governadores se preocuparam em evitar que seu movimento de pressão junto a Fernando Henrique não seja interpretado como uma barganha política. O anfitrião, Vitor Buaiz, até chegou a recomendar que

não se falasse em reeleição durante o encontro. Mas o governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, defensor da candidatura do atual presidente em 1998, admitiu que o fato novo da conjuntura que pode ajudá-los é a reeleição.

Segundo ele, se a União não ajudar os estados a saírem do déficit, os atuais governadores correm o risco de chegar ao final do mandato sem ter obras para mostrar à população, pois não há dinheiro para investimentos. “Já saímos um pouco arranhados das eleições municipais. Mesmo que nessas eleições não estava em julgamento os governos estaduais, isso deve servir de alerta. Daqui a dois anos não podemos ir para o banco dos réus”, disse.

O Programa de Ajuste Fiscal dos Estados Brasileiros, proposto pelo governador Buaiz, será discutido no próximo dia 14, em uma reunião mais ampla, com a presença de todos os governadores. Além da renegociação da dívida contratual, que é o problema comum dos estados menores, o programa pleiteia a redução do limite de comprometimento da receita dos estados com o pagamento das dívidas, dos atuais 11% para 6% nos três primeiros anos e só atingindo 7% a partir do quarto ano. Com isso, os estados teriam mais recursos para investimentos, que caíram muito nos últimos anos.

Os governadores também reivindicam o reforço de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberados como antecipação à privatização de empresas estatais. “Todos os estados já iniciaram a privatização, mas isso ainda não surtiu efeito nas finanças dos estados”, disse Buaiz, que anteontem conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa um amplo programa de desestatização, considerado pelo PT, partido ao qual pertence e que votou contra o projeto de lei, um verdadeiro cheque em branco.